



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Embargos de Declaração nº 0174558-0/02

Embargante: G-Vel Garanhuns Veículos Ltda.

Embargados: Antônio Felizardo Maciel

2ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

5ª Câmara Cível

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE- INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE.

- Inexistente qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC, uma vez que o aresto embargado examinou, fundamentadamente, as questões pertinentes debatidas nos autos, não prosperam os embargos de declaração opostos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos embargos de declaração nº 0174558-0/02, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quinta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, sessão de _____, à unanimidade de votos, em negar provimento aos embargos, nos termos do voto do Relator.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Embargos de Declaração nº 0174558-0/02

Embargante: G-Vel Garanhuns Veículos Ltda.

Embargados: Antônio Felizardo Maciel

2ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

5ª Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração, opostos ao acórdão de fl. 237 dos autos da Apelação Cível nº 0174558-0, o qual, à unanimidade de votos, deu provimento parcial ao recurso, no sentido de reduzir o valor da indenização por danos morais para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Em suas razões (fls.02/05), a embargante requer o provimento dos aclaratórios, alegando que a sentença proferida pelo magistrado *a quo* fixou a indenização por danos morais no total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), enquanto que o acórdão embargado deu provimento parcial ao recurso apelativo, para reduzir a citada indenização para 10.000,00 (dez mil reais). Pontua que restou caracterizada a sucumbência recíproca, e assim, as despesas processuais e os honorários advocatícios devem ser rateados proporcionalmente entre as partes, nos termos do art. 21 do CPC, tendo o acórdão sido omissso nesse ponto.

Considerando a possibilidade de efeitos infringentes, foi determinada a intimação do embargado, o qual deixou o prazo transcorrer *in albis*, conforme se depreende da certidão de fl. 15 dos autos.

É o relatório.

À votação.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419-3742 (fax)

Embargos de Declaração nº 0174558-0/02

Embargante: G-Vel Garanhuns Veículos Ltda.

Embargados: Antônio Felizardo Maciel

2ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

5ª Câmara Cível

VOTO

A embargante assevera que a redução do valor da indenização a título de danos morais para 10.000,00 (dez mil reais) caracterizou a sucumbência recíproca, e assim, as despesas processuais e os honorários advocatícios devem ser rateados proporcionalmente entre as partes, nos termos do art. 21 do CPC, tendo o acórdão sido omisso nesse ponto.

Não assiste razão à embargante, pois seu pleito encontra óbice na súmula 326 do STJ, *in verbis*:

"Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca."

O mesmo entendimento deve ser adotado quando o acórdão do Tribunal reduz o *quantum* indenizatório fixado na sentença proferida pelo juízo *a quo*: não há que se falar em sucumbência recíproca. Deve a parte sucumbente (demandada, apelante, ora embargante) arcar sozinha com as despesas processuais, inclusive honorários de advogado.

Nesse sentido, manifesta-se a jurisprudência do STJ:

CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO ESTADUAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INOCORRÊNCIA. SÚMULA N. 326-STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO CADASTRAL. DANO MORAL. RESSARCIMENTO. QUANTUM. REDUÇÃO.

I. Nulidade do acórdão estadual não configurada.

II. "Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca" (Súmula n. 326-STJ).

III. Havendo incompatibilidade entre a lesão e o valor fixado pelas instâncias ordinárias a título ressarcitório, a gerar enriquecimento sem causa, cabível a redução do quantum a patamar razoável, para adequação aos parâmetros turmários.

IV. Recurso conhecido em parte e parcialmente provido.

(REsp 590.342/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 29/09/2008).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419 3742 (fax)

Desta feita, depreende-se que não existe qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

A função dos embargos de declaração é, apenas, a de afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão.

No caso *sub judice*, não vislumbro violação ao art. 535 do CPC, visto que o v. acórdão embargado apreciou corretamente a matéria trazida no recurso, encerrando, com isso, sua prestação jurisdicional.

Os aclaratórios são de natureza, em princípio, meramente integrativa, sendo raros os casos em que a doutrina e a jurisprudência aceitam o caráter infringente. Pretende a embargante, aqui, rediscutir questões já decididas e devidamente fundamentadas.

Não se prestam os declaratórios para que se adapte a decisão ao entendimento do embargante, nem para combater a orientação adotada no julgado.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento aos embargos de declaração, por entender inexistentes os vícios elencados pelo artigo 535 do CPC.

É como voto.

Recife, 23 de fevereiro de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva.
Relator